



Disponibilizado no D.E.: 03/02/2023
Prazo do edital: 14/04/2023
Prazo de citação/intimação: 09/05/2023

Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul
Vara Judicial da Comarca de Ibirubá

Rua Flores da Cunha, 777 - Bairro: Centro - CEP: 98200000 - Fone: (54) 3324-1738 - Email:
fribirubavjud@tjrs.jus.br

FALÊNCIA DE EMPRESÁRIOS, SOCIEDADES EMPRESÁRIAS, MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE Nº 5000387-17.2018.8.21.0105/RS

AUTOR: MOINHO 15 DE NOVENBRO LTDA - EPP (MASSA FALIDA/INSOLVENTE)

Local: Ibirubá

Data: 13/01/2023

EDITAL Nº 10031238042

EDITAL DO ART. 99, § 1º, DA LEI N. 11.101/2005

VARA CÍVEL DA COMARCA DE IBIRUBÁ/RS

PROCESSO: 5000387-17.2018.8.21.0105

FALIDA: MOINHO 15 DE NOVENBRO LTDA. (CNPJ nº 90.658.766/0001-50)

OBJETO I: FAZ SABER A TODOS OS QUE VIREM O PRESENTE EDITAL QUE FOI DECRETADA A FALÊNCIA DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA MOINHO 15 DE NOVENBRO LTDA. NOS TERMOS DA SENTENÇA A SEGUIR REPRODUZIDA:

Cuida-se de pedido de autofalência veiculado por MOINHO XV DE NOVENBRO, tendo a requerente recorrido, na inicial, acerca das causas que lhe levaram à situação de insolvência, pugnando pela decretação de sua falência.

Juntou documentos às fls. 04/86. Houve determinação para emenda à inicial (decisão da fl. 84), cumprindo a autora com mesma (manifestação e documentos das fls. 85-107). É O RELATÓRIO. DECIDO. Trata-se de pedido de autofalência, regularmente instruído, no qual estão comprovados os requisitos do art. 105 da Lei 11.101/05. A documentação juntada à inicial e sua emenda comprovam, de forma satisfatória, o estado de insolvência da requerente e a impossibilidade de a mesma saldar os seus débitos. Impõe-se, assim, a decretação da quebra. Por esses motivos, acolho o pedido formulado na inicial e DECRETO AS FALÊNCIAS de MOINHO XV DE NOVENBRO (CNPJ 90.658.766/0001-50), declarando-a aberta nesta data e determinando o que segue: a) nomeio Administrador Judicial o Dr. Luis Adelar Ferreira, sob compromisso, que deverá cumprir o encargo assumido, sob pena de responsabilidade civil e penal, na forma do art. 52, I, da LRF, com submissão posterior ao magistrado signatário; b) fixo termo legal em 05/09/2018,

5000387-17.2018.8.21.0105

10031238042.V2



Disponibilizado no D.E.: 03/02/2023
Prazo do edital: 14/04/2023
Prazo de citação/intimação: 09/05/2023

Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul
Vara Judicial da Comarca de Ibirubá

correspondente ao nonagésimo (90º) dia contado da data do pedido de falência, na forma do inc. II do art. 99 da Lei 11.101/05; c) intime-se a falida, na pessoa dos seus procuradores, para que cumpram o disposto no inc. III do art. 99 da Lei 11.101/05, bem como para que atendam ao disposto no art. 104 do referido diploma legal, ficando autorizada a prestação das declarações por escrito, desde que firmada por todos os sócios; d) fixe o prazo de quinze (15) dias para habilitação dos credores, na forma do §1º do artigo 7º c/c inc. IV do art. 99, ambos Lei 11.101/05, devendo o Administrador Judicial apresentar a lista de credores para publicação do edital a que alude o §2º do mesmo dispositivo legal. Faça-se constar no edital a ser publicado o endereço profissional do Administrador Judicial para que os credores apresentem as suas divergências; e) ordene a suspensão das ações e execuções em tramitação contra a falida, observada a ressalva de que trata o inciso V do artigo 99 da Lei de Falências; f) proíba a falida de praticar qualquer ato que importe na disposição dos seus bens, não sendo caso de continuação provisória das atividades da sociedade; g) cumpra a Srª. Escrivã as diligências estabelecidas em Lei, em especial as dispostas nos incs. VIII, X e XIII, bem como no parágrafo único, todos do art. 99 da Lei 11.101/05, procedendo-se as comunicações e intimações de praxe, bem como intimando-se, pela via eletrônica, as fazendas Nacional, Estadual e Municipal para que enviem certidões das dívidas eventualmente existentes em nome das falidas; h) expeça-se mandado de lacração e arrecadação de bens à sede das falidas, a ser cumprido pelo plantão, independentemente de prévio preparo, nos termos do inc. XI do art. 99 da Lei 11.101/05, observado o endereço indicado na inicial; i) requisiitei, pelo sistema BacenJud, a constrição de eventuais valores existentes nas contas da falida, devendo haver oportuna conclusão posterior para verificação da ordem; j) solicitei, pelo Infojud, cópias das últimas declarações de renda da falida, não tendo a mesma entregue as suas DIRPJ nos últimos exercícios; k) pesquisei, através do sistema Renajud, eventuais veículos em nome da falida, nada tendo sido encontrado; l) oficie-se à CGJ para fins do Provimento 20/2009, solicitando providências no sentido de ser comunicado aos Registros Imobiliários a decretação da falência da sociedade empresarial e a indisponibilidade dos bens dos sócios pelo prazo de que trata o §1º do art. 82 da Lei 11.101/05, com base nos incisos VI e VII do art. 99 da referida Lei, bem como para que prestem informações acerca da existência de outros bens; m) postergo a nomeação de perito contábil para depois de o Administrador Judicial informar se há contabilidade a ser analisada; quanto ao leiloeiro/depositário, será nomeado se existentes bem a serem arrecadados; n) intmem-se as Fazendas Públicas; o) custas conforme o inc. IV do art. 84 da Lei de Quebras. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Ibirubá, 22 de julho de 2019. Ralph Moraes Langanke, Juiz de Direito

OBJETO II: RELAÇÃO DE CREDITORES

5000387-17.2018.8.21.0105

10031238042 .V2



Disponibilizado no D.E.: 03/02/2023
Prazo do edital: 14/04/2023
Prazo de citação/intimação: 09/05/2023

Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul
Vara Judicial da Comarca de Ibirubá
CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS (ART. 83, III, DA LRF)

UNIÃO FEDERAL R\$ 674.517,06; ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL R\$ 610.588,67; MUNICÍPIO DE QUINZE DE NOVEMBRO R\$ 33.805,81; IBAMA R\$ 8.189,15;

CRÉDITOS QUIROGRAFÁRIOS (ART. 83, VI, DA LRF)

BANCO BRADESCO S/A R\$ 87.386,00; JACOB BINSFELD R\$ 59.628,64; SICREDI R\$ 108.357,86;

PUBLICADO O PRESENTE EDITAL, OS CREDORES TERÃO O PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS PARA APRESENTAR HABILITAÇÕES E DIVERGÊNCIAS DO ART. 7º, § 1º, C/C ART. 99, INC. IV, AMBOS DA LRF, DIRETAMENTE À ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL, BRIZOLA E JAPUR ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL, COM ENDEREÇO NA AVENIDA IPIRANGA, Nº 40, CONJ. 1510/1511, PRAIA DE BELAS, EM PORTO ALEGRE/RS, OU ATRAVÉS DO E-MAIL **CONTATO@PRESERVACAODEEMPRESAS.COM.BR** E DO ENDEREÇO ELETRÔNICO **WWW.BRIZOLAEJAPUR.COM.BR**.

IBIRUBÁ/RS, ____ DE _____ DE 2022.

SERVIDOR(A):

JUIZ: RALPH MORAES LANGANKE

Documento assinado eletronicamente por **RALPH MORAES LANGANKE, Juiz de Direito**, em 16/1/2023, às 11:3:38, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006. A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://eproc1g.tjrs.jus.br/eproc/externo_controlador.php?acao=consulta_autenticidade_documentos, informando o código verificador **10031238042v2** e o código CRC **ede59192**.

5000387-17.2018.8.21.0105

10031238042 .V2